

- 9 JAN 1986

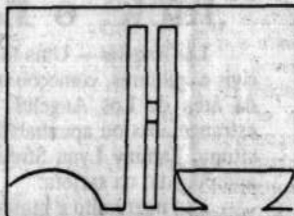
ANC 88  
 Pasta Jan/Jul 86  
 005

Ass Const

# Parlamentarismo ao gosto de todos

Villas-Bôas Corrêa

**M**ESTRE Afonso Arinos desfaz dúvidas e, com a limpidez de sempre, recorda o elementar: a comissão que preside, incumbida de elaborar o projeto de reforma constitucional a ser encaminhado ao Presidente José Sarney, tem prazo certo até julho para desincumbir-se da tarefa e a específica obrigação de produzir um trabalho completo e acabado.



Coisas da política

O que quer dizer que a comissão enviará ao Presidente Sarney, no prazo determinado pelo decreto que a constituiu, um projeto de Constituição.

A objetiva informação direta de Mestre Afonso Arinos empurra o raciocínio especulativo para a antevisão de uma crise. É só juntar os dados na sua seqüência lógica. Vamos lá. A Comissão, como é da sua estrita obrigação, vai produzir um projeto de Constituição, montada com toda a pompa e competência. E, dentro do prazo, depositará o erudito calhamaço, montado em cima de uma estrutura erudita pela Comissão que juntou os mais ilustres e qualificados especialistas do país, nas mãos do Presidente José Sarney.

Muito bem. Mas o Professor Afonso Arinos

dispõe de outra informação fundamental. Ele não teve dificuldades em levantar as tendências da Comissão para concluir, sem possibilidade de erro, que a maioria significativa inclina-se pela flexibilidade do regime parlamentarista, uma experiência a ser renovada, depois do insucesso previsto e patrocinado de 61. Mas, então, eram outras e sabidas as circunstâncias. A renúncia de Jânio Quadros, no embalo de uma tentativa de golpe que saiu pela culatra e que só agora começa a ser resgatado com a gracinha dos paulistas na eleição de 15 de novembro do ano que acabou de exalar o seu último e profundo suspiro — ateara fogo ao tanque. Possivelmente nunca estivemos tão próximos de uma guerra civil, com a divisão do Exército e a emocionada mobilização popular liderada pelo Governador do Rio Grande do Sul, o cunhado que não era parente, Leonel Brizola.

O parlamentarismo, tantos anos sonhado pelo santo Raul Pilla, foi aviado às pressas pelo então Senador Afonso Arinos, como uma meia-sola para tapar o buraco da crise. Raul Pilla concordou com a utilização de sua receita para a felicidade nacional com a amargura de quem se reconhece laçado pela contradição. Ele não podia renegar a pregação de uma vida, mas tinha a lúcida certeza de que o parlamentarismo indesejado pelo temperamento de caudilho de Jango Goulart seria desmoralizado e destruído de dentro para fora.

Pobre parlamentarismo do Dr Raul Pilla! Durou

pouco, amarrado por crises em série e morreu vítima sem culpa de uma primeira e fosca experiência de confronto ideológico, com direito ao enterro de segunda classe de um plebiscito ensopado de corrupção.

Agora, o parlamentarismo afeiçoado ao temperamento nacional, com as adaptações que o ajustem a uma realidade conferida por tantas e dolorosas experiências recentes, não seria a solução de emergência para uma crise desencadeada por um gesto de desatino e explorado pelo sujo jogo dos interesses até a ruptura de 64. Mas uma solução acauteladora, que prevenisse recaídas.

Ao fim do longo percurso, esbarramos no muro do risco. Se a Comissão propõe o parlamentarismo, cria para o Presidente José Sarney um constrangimento de Bom tamanho. Pois ou o Governo encampa o projeto e assume a iniciativa oficial de sugerir ao Congresso-Constituinte a adoção do parlamentarismo na Nova Constituição ou finca pé na convicção presidencialista e terá que mandar para a desmoralização do arquivo todo um trabalho que consumiu meses de gente ocupada e eminente, convocada por iniciativa do Presidente da República, tal como oficialmente se constata pela leitura do monumental discurso de posse do Presidente Tancredo Neves que não chegou a ser pronunciado.

Não se esqueçam que Afonso Arinos é mineiro. E só mineiro degenerado abre picadas para o precipício. Se a Comissão não pode esquivar-se, deslizando para a

desconversa de propor alternativas, como quem oferece um menu à escolha do freguês, também não cometerá a provocação de armar uma arapuca para o Presidente.

A saída largam e ampla, não aponta para a portinhola apertada da emergência e é um primor de construção política. Mestre Afonso Arinos lembra que o parlamentarismo que está seduzindo a Comissão não é o ortodoxo, com todos os seus clássicos preceitos. Até porque não seria aprovado pelos constituintes, por exemplo, dispositivo que facilitasse a dissolução do Congresso. Com a eleição custando fortunas, ninguém admite expor o seu rico mandato à eventualidade de uma dissolução do Congresso.

O parlamentarismo que está sendo habilidosamente montado inspira-se nos conceitos mais modernos, na experiência internacional mais atualizada. Ajustado ao reconhecimento de que um Presidente da República eleito pelo voto direto não pode ser reduzido a uma figura decorativa mas há de ter função e poder. Portanto, um parlamentarismo de meio-termo, fórmula de transição, acolchoada pela viabilidade.

Em outras palavras: a Comissão não proporrá alternativas contraditórias. Mas um parlamentarismo de conciliação, conservando muitas das prerrogativas e virtudes do presidencialismo, mas buscando corrigir os vícios da centralização de poder e excessiva rigidez, responsáveis por tantas turbulências das nossas vicissitudes republicanas.